



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



Processo nº: 9.164/10 (b) - 3 volumes
Apenso nº: 480.000.147/09
Origem: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF
Assunto: Tomada de Contas Especial
Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT
MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE
Sessão: Pauta nº 83, S.O. nº 4738, de 25.11.2014
Publicação: DODF nº 243, de 20.11.2014, pág. 15
Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão de sua passagem para a inatividade. Não houve mudança de domicílio. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a citação do militar beneficiário (Decisão nº 526/14-CPM). Apresentação de defesa. PARECERES CONVERGENTES: improcedência da defesa apresentada, irregularidade das contas, cientificação do responsável para recolher o valor do débito apurado nos autos e aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo de confiança ao servidor militar. VOTO de acordo com os termos do atual entendimento da Corte no sentido da uniformização pela irregularidade das contas e imputação de débito ao beneficiário do pagamento indevido. Lavratura de acórdãos. MATÉRIA PACIFICADA (bloco).

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao Cabo BM RRM ADÃO ANTÔNIO LOURENÇO, em razão da passagem para a inatividade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



2. A Comissão de Tomada de Contas Especial, verificando que o servidor militar não realizou a mudança de domicílio, imputou-lhe a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo apurado, no valor original de R\$ 8.022,96, conforme Relatório de TCE nº 275/11-DIEXE II/SUTCE/STC (fls. 204/212 do processo apenso).

3. Por meio do Certificado de Auditoria-TCE nº 80/12-CONTROLADORIA (fl. 231 do processo apenso), o Controle Interno atestou a irregularidade das contas.

4. O Tribunal, na Sessão de 6.2.2014, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 526/14 (fl. 376), **in verbis**:

DECISÃO nº 526/14 (CPM)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processo nº 480.000.147/09; II. relevar o atraso apontado pela Instrução; III. **determinar, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, a citação do servidor militar nominado no parágrafo 10 da Informação nº 222/12 (fl. 355) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente alegações de defesa ou, se preferir, recolha o valor apurado nos autos (R\$ 66.859,95, atualizado até 6.2.2014), em decorrência da percepção indevida da vantagem pecuniária de indenização de transporte, quando da sua passagem para a inatividade, ante a possibilidade de ter suas contas julgadas irregulares e de ser-lhe aplicada a penalidade prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1/1994;** IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências devidas.”(grifei)*

5. Efetuada a comunicação devida, o Cabo BM RRm ADÃO ANTÔNIO LOURENÇO (beneficiário do pagamento indevido) apresentou as alegações de defesa de fls. 384/399.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

6. A Unidade Técnica, por meio da Informação nº 197/14 (fls. 402/409), analisa a defesa apresentada nos termos seguintes:

“I – Da Defesa do militar beneficiário Adão Antônio Lourenço - fls. 384/399



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



a) Alegação: Preliminarmente, o defendente aduz que a imputação de prática de ato ilícito a sua pessoa padece de vício de nulidade, vez que não houve a devida motivação. Pugna, ainda, que a ausência de motivação no processo prejudicou o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Análise: A documentação constante do processo de concessão do benefício foi devidamente examinada pela CTCE, pelo Controle Interno e pelo Tribunal, tendo a mesma sido considerada insuficiente para comprovar a efetiva transferência de domicílio do defendente para Bacabal/MA.

Ademais, embora o defendente tenha assinado o documento acostado à fl. 10*, em que declarava ter pleno conhecimento do contido nos Decretos n°s 986/1993, 16.529/1995 e na Portaria n° 023/1995, deixou de atender as exigências contidas na notificação à fl. 13*, quais sejam, a de comprovar a sua efetiva mudança de domicílio para Bacabal/MA e a fixação de sua residência, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o recebimento da indenização.

Diante disso, a imputação de responsabilidade pelo recebimento irregular de indenização de transporte restou devidamente motivada, em face da ausência de comprovação da fixação de residência no domicílio indicado, conforme disciplinamento contido na Portaria n° 023/1995 – CBMDF.

Quanto ao contraditório e à ampla defesa, o militar Adão Antônio Lourenço foi devidamente notificado/citado da irregularidade e exerceu o direito ao contraditório e a ampla defesa tanto na fase interna, fls. 133/149*, quanto na fase externa, fls. 384/399.

b) Alegação: Alega que a CTCE, instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de indenização de transporte, em razão da passagem para a inatividade de militares do CBMDF, teria exorbitado o limite de sua competência e finalidade, visto que não cabia ao defendente nenhuma das mencionadas atribuições, sendo ele tão somente o receptor do benefício.

Análise: Improcedente a argumentação de que a CTCE teria extrapolado sua competência e finalidade, uma vez que cabia à aludida Comissão apurar a responsabilidade de todos aqueles que contribuíram com a realização dos atos considerados irregulares. Ademais, a conclusão da mencionada comissão sustentou-se nos elementos que compõem os autos, e a responsabilidade do defendente foi devidamente apurada, decorrendo esta do recebimento indevido da indenização de transporte quando da sua passagem para a inatividade, uma vez que não ficou comprovada sua efetiva mudança de domicílio para Bacabal/MA e a fixação de

* Processo n° 480.000.147/2009, apenso.

* Processo n° 480.000.147/2009, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



sua residência.

c) Alegação: *Invoca que a concessão e o pagamento da indenização em tela ocorreram há mais de 17 (dezesete) anos e que, portanto, estaria prescrita a pretensão de requerer a restituição de valor recebido em 1997. Assim, defende que a Administração deve reconhecer de ofício a prescrição, ficando o Poder Público impedido de alterar a situação jurídica do servidor. Solicita, portanto, o arquivamento deste Processo de TCE. Alega, ainda, que a inércia na apuração da TCE gerou a prescrição intercorrente do processo.*

Análise: *Não há que se alegar qualquer tipo de prescrição, seja ela temporal ou intercorrente, uma vez que as ações de ressarcimento de dívidas com a Administração Pública, em decorrência de prejuízos causados ao Erário, não são passíveis de prescrição, ante o disposto no art. 37, § 5º, "in fine", da Constituição Federal, consoante consignado nas Decisões nºs 5.374/1998 e 3.038/1999 (Processos nºs 7.094/1991 e 266/1990, respectivamente). Nesse sentido, entendemos improcedente a alegação do defendente.*

d) Alegação: *O defendente alega que a decisão da Corte foi baseada em ilações e suposições e que em virtude do tempo transcorrido desde a percepção da indenização de transporte as provas documentais e testemunhais já pereceram, prejudicando o exercício do direito ao contraditório.*

Análise: *Ao contrário do que afirma o defendente, a decisão do Tribunal fundamentou-se nas peças que compõem os autos e ele está fazendo pleno uso do seu direito à ampla defesa e ao contraditório com a apresentação das alegações de fls. 384/399.*

Além disso, a alegação acerca do tempo decorrido não procede, visto que, embora o defendente tenha assinado os documentos acostados às fl. 10 e 13*, deixou de apresentar documentos que comprovassem a sua efetiva mudança de domicílio para Bacabal/MA e a fixação de sua residência.*

e) Alegação: *Afirma que sua habilitação para a percepção da indenização de transporte ao ser transferido para a inatividade se deu de acordo com a legislação de regência em vigor à época, citando a Lei nº 5.906/1973, o Decreto nº 986/1993, aplicável no Distrito Federal pelo Decreto nº 16.529/1995, e a Portaria nº 023/1995-CBMDF.*

Análise: *Improcedente a alegação. Conforme consignado nas análises dos itens anteriores, a documentação oferecida pelo defendente para obter o benefício não evidencia a efetiva mudança de domicílio, e tampouco foram apresentados*

* Processo nº 480.000.147/2009, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



documentos que comprovassem a fixação de residência.

f) Alegação: *Salienta que a CTCE não recepcionou ou acolheu nada do que foi apresentado como elemento de defesa e que, sem apresentar os fundamentos, motivos e razões de direito nem apontar ou indicar qual a conduta irregular do defendente, imputou-lhe responsabilidade pelo dano ao erário. Dessa forma, estaria inviabilizada a possibilidade de exercitar seu direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como teria havido flagrante ofensa ao princípio constitucional do devido processo legal.*

Análise: *Cabe salientar que a TCE foi regularmente instaurada e processada, tanto na sua fase interna quanto na externa, sendo a primeira mero procedimento administrativo apuratório, anterior à formação plena do processo, em que a garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório é apenas recomendável, mas não obrigatória¹. Na fase externa, que se desdobra perante o órgão julgador, após a citação válida, o responsável terá, necessariamente, assegurado tal direito, tenha ou não isso ocorrido na fase interna, pois, tecnicamente, o momento de defesa ocorre perante o Tribunal (fase externa), e não perante a comissão tomadora (fase interna). No presente caso, o defendente está fazendo pleno uso do seu direito à ampla defesa e ao contraditório com a apresentação das alegações de fls. 384/399.*

g) Alegação: *O defendente alega que, em vista do lapso temporal decorrido entre a sua transferência para a inatividade até o momento atual, não há mais possibilidade de apresentação de provas documentais, como passagens aéreas, terrestres, fretamento de transportes de mudança, ou testemunhais que comprovem a transferência de sua residência para Bacabal/MA. Aduz que, se o TCDF tivesse sido mais diligente, iniciado e concluído a TCE logo após a apuração da irregularidade referente à indenização de transporte, o citado teria como se defender com mais eficiência.*

Análise: *Embora o lapso temporal dificulte a apresentação de documentos e testemunhas, este não se revela um argumento cabível para afastar a responsabilidade do defendente, uma vez que todos os documentos exigidos de maneira a comprovar sua efetiva mudança para a cidade indicada deveriam ter sido apresentados ao CBMDF, na forma da legislação em vigor à época. Portanto, não procede o argumento ofertado pelo defendente.*

h) Alegação: *Traz, uma vez mais, a questão da prescrição do prazo para as apurações, bem como a garantia constitucional de duração razoável dos processos administrativos e judiciais.*

¹ Decisão nº 5257/2005.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



Análise: Não há que se falar em prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e seus respectivos ressarcimentos, conforme consignado no exame da alínea “c”, retro.

i) Alegação: O defendente alega que as apurações da TCE se iniciaram em 2002 e que não poderia o servidor ser apenado pela inércia da Administração. Assim, entende que não poderia ser-lhe imposto qualquer encargo, como aplicação de multa, juros e atualização monetária, sendo improcedente a imputação desses gravames.

Análise: O valor que está sendo cobrado do defendente refere-se ao montante do benefício recebido indevidamente, acrescido de juros de mora a partir da data da ocorrência do dano e de atualização monetária, nos termos do art. 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Emenda Regimental nº 13/2003. Os juros decorrem de o ato ter sido considerado doloso por parte do Tribunal e a atualização é procedimento usual em qualquer reposição monetária. Portanto, improcedente a argumentação trazida neste ponto.

j) Alegação: Aduz que meros indícios não se constituem em elementos de prova suficientes para demonstrar a certeza fática ou real da ocorrência do fato ou da autoria que se imputa.

Análise: Cabe destacar entendimento do Supremo Tribunal Federal, como se segue:

“Os indícios, quando diversos e concatenados, constituem meios de prova suficientes para respaldarem a condenação, mormente por consistirem em fortes elementos de convicção admitidos pela doutrina e jurisprudência pátrias.”

(Supremo Tribunal Federal RTJ 52/140).

Entendemos, portanto, que os elementos colhidos no Relatório de Auditoria nº 12/2000, exarado no bojo do Processo nº 394/2000, e no Relatório de TCE nº 275/2011–DIEXE II/SUTCE/STC, fls. 204/212, são suficientes para formar tranquilo juízo de valor quanto à responsabilidade apontada para o defendente.

l) Alegação: Ao final, requer o conhecimento e o provimento de suas alegações de defesa para, assim, eximi-lo da responsabilidade que lhe foi atribuída nestes autos, desobrigando-o de ressarcir a verba da indenização de transporte em tela.

Análise: Por todo o exposto, a nosso ver, o defendente não trouxe qualquer fato novo ou justificativa que pudesse comprovar a não ocorrência das irregularidades vistas nos autos e a ele atribuídas. Nesse sentido, entendemos improcedentes as alegações de defesa apresentadas.

* Processo nº 480.000.147/2009, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



II – Das Conclusões

4. Consoante análise realizada no item I, alíneas de “a” a “l”, desta Informação, poderá o Tribunal considerar, no mérito, improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo militar Adão Antônio Lourenço, fls. 384/399, em face do item III da Decisão nº 526/2014. Dessa forma, observados os termos do mencionado decism, a Corte poderá julgar irregulares as contas do referido militar, com esteio no inciso III, alíneas “b” e “d”, do art. 17 da Lei Complementar nº 1/1994, notificando-o para recolher o débito que lhe fora imputado, no valor de R\$ 68.187,44, atualizado até agosto de 2014, fl. 401, e, ainda, dada a gravidade das irregularidades cometidas, inabilitá-lo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 da referida LC. Cabe destacar que o débito se compõe do principal, acrescido de juros de mora a que se refere a alínea “b” do inciso II do art. 1º da Emenda Regimental nº 13/2003 e atualização monetária, prevista no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 435/2001, em virtude da percepção indevida da indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade”

7. Concluindo, o Corpo Técnico sugere a improcedência da defesa apresentada, a irregularidade das contas, a cientificação do responsável para recolher o valor do débito apurado nos autos e a aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo de confiança ao servidor militar.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

8. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 934/14 (fls. 410/411), da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, endossa o entendimento esposado pela Área Instrutiva. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“5. Expostas as considerações externadas pelo Corpo Técnico, passo à análise do feito ressaltando que o militar não apresentou documentos capazes de comprovar a efetiva transferência de domicílio para a cidade de destino. Assim, na visão deste representante Ministerial, restou caracterizada nos autos a conduta dolosa do beneficiário da indenização de transporte, haja vista o militar ter produzido os documentos de modo a comprovar a transferência de domicílio, com a finalidade de justificar o direito à percepção da indenização de transporte, conforme exigido na legislação regente. Nesse diapasão, uma vez evidenciado o dolo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



na conduta do beneficiário, os juros de mora devem incidir a partir da data inicial do pagamento da indenização de transporte, a teor do disposto no art. 1º, inciso II, alíneas 'a' e 'b', da Emenda Regimental nº 13/03.

6. Sobre as ações de ressarcimento, reitero o posicionamento expendido no Parecer nº. 984/2005-DA, lançado no Processo 1.224/2002, no qual registrei que “os ilícitos praticados por agentes públicos, decorrentes de atos praticados com dolo ou culpa, em que resultem prejuízos ao erário não são atingidos pela prescrição contida no § 5º do artigo 37 da Constituição Federal, devendo o Poder Público buscar a qualquer tempo o ressarcimento do dano, utilizando-se dos meios cabíveis e postos a sua disposição, seja na esfera administrativa ou judicial”. Noutras palavras, “a imprescritibilidade das ações de ressarcimento, de que trata o § 5º do artigo 37 da Constituição Federal, deve ser considerada em seus devidos termos, ou seja, apenas os atos praticados com culpa lato sensu pelo agente e que causarem prejuízo ao patrimônio público estão afetos à imprescritibilidade. Em outras palavras, apenas a repercussão patrimonial do ilícito é imprescritível, não o sendo as demais consequências do fato (administrativa e/ou penal) que terão seus prazos prescricionais previstos em lei”.

7. No presente caso, restou evidenciado o dolo na atuação do militar, que, sabedor da necessidade de comprovar efetivamente a alteração de domicílio, não apresentou suficientes documentos que possibilitassem tal comprovação. Ainda assim, na hipótese vertente, ao ser transferido para a inatividade, requereu o pagamento da indenização de transporte sem o suporte documental adequado, porquanto, desde a concessão, explícitos e claros os requisitos delineados na legislação.

8. Em relação ao Comandante-Geral, a Corte, por meio da Decisão nº 526/2014, deliberou por citar apenas o beneficiário da indenização de transporte, razão pela qual deixo de tecer mais comentários a respeito.

9. Ante o exposto, opina este representante do **Parquet** especializado por que o e. Tribunal acolha as sugestões da Unidade Técnica.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



VOTO

9. A questão tratada nestes autos refere-se ao pagamento de Indenização de Transporte a servidores militares por ocasião de sua passagem para a inatividade (reserva). Tais pagamentos revelaram-se irregulares na medida em que os beneficiados não transferiram os respectivos domicílios. Assim, várias Tomadas de Contas Especiais foram instauradas, tanto no Corpo de Bombeiros Militar do DF quanto na Polícia Militar do DF, a exemplo da que aqui se cuida.

10. No Tribunal o assunto vem sendo discutido há muito tempo, gerando diversas deliberações. Entretanto, conforme se verifica das últimas assentadas, o entendimento foi **uniformizado** no sentido de se isentar de penalidades os dirigentes das Corporações (Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas – DIP), julgar irregulares as contas do beneficiário do pagamento indevido, condenando-se ao ressarcimento dos valores recebidos **apenas** o beneficiário. Se a conduta foi comprovadamente dolosa, a restituição será acrescida de juros de mora (art. 1º, inciso II, alínea “a” da ER nº 13/03), recebendo ainda, a pena acessória de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital pelo prazo de 5 (cinco) anos. Com efeito, nesse sentido foram proferidas as seguintes Decisões de nºs 5.663/13-CAM, 5.668/13-CAM, 5.752/13-CPT, 5.781/13-CMA e 5.782/13-CMA.

11. Registre-se, por oportuno, que o valor original recebido pelo servidor militar ao ser transferido para a reserva remunerada, em 11.4.1997, foi de R\$ 8.022,86. Com a conclusão das apurações, houve a atualização monetária (R\$ 14.115,92) e a incidência de juros de mora desde a data de pagamento da parcela (R\$ 46.048,66), totalizando R\$ 68.187,44 até 18.8.2014 (doc. à fl. 401).

Assim, em consonância com o entendimento desta Corte, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da defesa apresentada pelo Cabo BM RRm ADÃO ANTÔNIO LOURENÇO, beneficiário do pagamento indevido (fls. 384/399) para, no mérito, considerá-la improcedente;

II. julgue, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar nº 01/94, irregulares estas contas especiais;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



III. notifique o Cabo BM RRm ADÃO ANTÔNIO LOURENÇO (beneficiário do pagamento indevido) a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 68.187,44 (valor em 18.8.2014), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03;

IV. autorize, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 01/94;

V. aplique ao Cabo BM RRm ADÃO ANTÔNIO LOURENÇO (beneficiário do pagamento indevido) a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos;

VI. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;

VII. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



ACÓRDÃO Nº ____/2014

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito ao responsável.

Processo TCDF nº: 9.164/10

Apenso nº: 480.000.147/09

Nome/Função: Cabo BM RRm ADÃO ANTÔNIO LOURENÇO (beneficiário do pagamento indevido)

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas - SECONT

Representante do MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador: percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio.

Débito imputado ao responsável: R\$ 68.187,44 (em 18.8.2014), acrescidos de juros e atualização monetária até a data da efetiva liquidação do débito.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso III, alíneas "b" e "c", e 20, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço e condenar o responsável a recolher ao Erário o valor que lhe é imputado, acrescido de juros e atualização monetária, conforme consta das disposições da Emenda Regimental nº 13/03 c/c os da Lei Complementar nº 435/01 até o dia do efetivo ressarcimento do dano, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26, 27 e 29, do mesmo diploma legal e, desde logo, a remessa ao Ministério Público de Contas da documentação pertinente para adoção das providências previstas no artigo 99, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2014

Presentes os Conselheiros: ____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) ____

Representante do MP presente: Procurador(a) ____

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO - RELATOR

Fui presente:

Representante do MP



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS



ACÓRDÃO Nº ____/2014

Ementa: Tomada de Contas Especial. Constatação de irregularidades. Audiência do responsável. Improcedência das justificativas apresentadas. Contas julgadas irregulares. Aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança

Processo TCDF nº: 9.164/10

Apenso nº: 480.000.147/09

Nome/Função: Cabo BM RRm ADÃO ANTÔNIO LOURENÇO (beneficiário do pagamento indevido).

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas - SECONT

Representante do MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador: percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto do Relator, com fundamento no artigo 60 da Lei Complementar nº 01/1994, de 9 de maio de 1994, em aplicar ao nominado responsável a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos.

ATA da Sessão Ordinária nº _____ de 2014

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO-RELATOR

Fui presente:

Representante do MP